



Caiuá

Caiuá Distribuição de Energia S/A | Resultados de 2014

Caiuá Distribuição de Energia S/A
Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2014

Relatório da Administração

A Administração da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“Caiuá” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2014, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 19 de março de 2015.

1 - Considerações gerais

A Caiuá é uma distribuidora de energia elétrica que atende a 233.192 clientes e uma população de aproximadamente 550 mil de habitantes em 24 municípios do Estado de São Paulo, em uma área de 9.149 Km².

O exercício de 2014 ficou marcado pelo início de uma grande transformação na história da Caiuá. Em 11 de abril de 2014, o Grupo Energisa assumiu o controle acionário indireto da Caiuá Distribuição de Energia S/A e que estava, desde 2012, sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com foco na retomada da sustentabilidade da concessão e normalidade dos serviços, o Grupo Energisa deu início a uma reestruturação econômico-financeira e organizacional, visando melhorar a eficiência de todos os processos operacionais, a produtividade e o perfil das dívidas da Companhia. Esses pilares estão presentes na implementação do plano de recuperação da distribuidora.

Com a aquisição, a nova administração passou, então, a implantar novos processos administrativos na Companhia, com o estabelecimento de uma política voltada para proporcionar aos seus consumidores um padrão cada vez melhor de atendimento e qualidade dos serviços prestados, com menores custos.

2 - Investimentos

Com foco em projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, a Caiuá realizou investimentos em 2014 que totalizaram R\$ 29,7 milhões. Entre as realizações, destacam-se:

- ✓ Aquisição de bancos capacitores fixos para alimentadores, totalizando 29,7 MVar;
- ✓ Aquisição de transformador para a subestação P1, 88/34,5 kV, de 20/25/30 MVA;
- ✓ Aquisição de dois transformadores para a subestação Santo Anastácio, 34,5/13, 8-11,4 kV, de 10/12,5 MVA;
- ✓ Aquisição automação de 15 religadores de linha;
- ✓ Aquisição de regulador de tensão para a subestação Álvares Machado, 11,4 kV, de 10/12,5 MVA; e
- ✓ Adequação do barramento das subestações P4 e P5 para 30 MVA.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez/2014	Dez/2013	Acréscimo 2014/2013
Subestações - nº (*)	22	22	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	622,9	586,1	+ 36,8
Linhas de transmissão - km	153,2	153,2	-
Redes de distribuição (próprias) - km	8.581	8.447	+ 134,0
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	11.198	10.844	+ 354,0
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	423,0	402,1	+ 20,9

3 - Desempenho econômico-financeiros

3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2014:

Descrição	2014	2013	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	489,0	417,1	+ 17,2
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	472,9	404,6	+ 15,4
Receita Operacional Líquida	356,7	302,6	+ 17,9
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	340,6	290,1	+ 15,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	35,8	(29,5)	-
EBITDA	50,6	(9,3)	-
EBITDA Ajustado	54,8	(5,5)	-
Resultado financeiro	(17,7)	(21,9)	- 19,2
Lucro Líquido (prejuízo)	20,1	(42,6)	-
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	348,0	270,1	+ 28,8
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	55,6	21,1	+ 163,5
Patrimônio Líquido	64,0	(151,4)	-
Endividamento Líquido	106,8	248,0	- 56,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos	233.192	227.187	+ 2,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	1.127,5	1.069,7	+ 5,4
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.194,3	1.128,1	+ 5,9
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,1	8,0	+ 0,1 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	15,4	(1,8)	+ 17,2 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	1,9	(45,1)	-

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

3.2 - Ambiente regulatório - revisão tarifária

Em 10 de maio de 2014, foi concedido à Caiuá reajuste nas suas tarifas de energia elétrica, com efeito médio de 14,15% percebido pelos consumidores.

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a Aneel publica, mensalmente, os valores dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Em 2014 foi reconhecido o montante de R\$ 46,6 milhões para a Caiuá. O valor foi registrado pela Companhia como redução dos custos de energia comprada e de encargos de serviços do sistema.

A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados a Caiuá pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica no montante de R\$ 7,5 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

3.2.1 - Eventos subsequentes

3.2.1.1 - Bandeiras tarifárias

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o "Sistema de Bandeiras Tarifárias" nas contas de energia elétrica a partir de janeiro de 2015. O acionamento da bandeira é sinalizado mensalmente pela Aneel, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), com base na

capacidade de geração de energia elétrica no país. A aplicação da bandeira é o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação. As bandeiras são verde, amarela e vermelha e indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica do país e do acionamento das usinas térmicas. O sistema tem por objetivo aliviar o dispêndio de caixa das distribuidoras no curto prazo, conforme descrição seguinte:

Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa de energia elétrica não sofre nenhum acréscimo; Bandeira Amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora consumido; e Bandeira Vermelha: condições mais onerosas de geração de energia. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,055 para cada quilowatt-hora consumido.

3.2.1.2 - Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder revisão tarifária extraordinária (RTE) para a Caiuá, cujo efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de 32,4% a partir de 02/03/2015.

3.3 - Despesas operacionais

Em 2014, as despesas operacionais totalizaram R\$ 320,9 milhões, redução de 3,4% (R\$ 11,3 milhões) em relação a 2013. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) cresceram 9,3% (R\$ 4,8 milhões), para R\$ 56,3 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram aumento de 12,8% (R\$ 25,5 milhões), decorrente da elevação dos custos da energia elétrica em função da hidrologia desfavorável em 2014 no país.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2014	2013	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	56,3	51,5	+ 4,8
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	30,6	31,5	- 0,9
1.2 Material	3,5	3,1	+ 0,4
1.3 Serviços de terceiros	22,2	16,9	+ 5,3
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	225,0	199,5	+ 25,5
3 - Depreciação e amortização	14,7	20,2	- 5,5
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	2,8	0,1	+ 2,7
5 - Outras despesas/receitas	6,0	48,4	- 42,4
Subtotal	304,8	319,7	- 14,9
6 - Custo de construção (*)	16,1	12,5	+ 3,6
Total	320,9	332,2	- 11,3

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

3.4 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2014, a Caiuá registrou lucro líquido de R\$ 20,1 milhões, ante um prejuízo de R\$ 42,6 milhões registrados em 2013. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 54,8 milhões em 2014, contra os R\$ 5,5 milhões negativos apurados no ano anterior. Esse desempenho decorre, em grande parte, do crescimento de 17,9% das receitas operacionais líquidas, vis-à-vis, a redução de 4,7% das despesas operacionais, desconsiderando-se os custos de construção.

Apresenta-se a seguir a evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	2014	2013	Var. %
(=) Lucro Líquido	20,1	(42,6)	-
(-) Contribuição social e imposto de renda	1,9	8,8	- 78,4
(-) Resultado financeiro	(17,7)	(21,9)	- 19,2
(-) Depreciação e amortização	(14,7)	(20,2)	- 27,2
(=) Geração de caixa (EBITDA)	50,6	(9,3)	-
(+) Receita de acréscimos moratórios	4,2	3,8	+ 10,5
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	54,8	(5,5)	-
Margem do EBITDA Ajustado (%)	15,4	(1,8)	+ 17,2 p.p

4 - Desempenho operacional

O foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento são prioridades constantes da Caiuá, que tem apresentado melhorias nos seus índices operacionais.

4.1 - Gestão das perdas de energia: o combate às perdas de energia elétrica se mantém no centro das ações gerenciais, o que tem permitido à Companhia registrar perdas de energia em um patamar baixo. Em 2014, as perdas de energia se situaram em 8,09%, ante os 7,95% registrados no ano anterior.

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência apresentou uma melhoria de 16,8%, tendo se situado em 1,09%, em 2014, contra 1,31%, em 2013.

4.3 - DEC e FEC: a redução do indicador FEC para 7,70 horas, em 2014, é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema. O DEC apresentou uma ligeira alta para 9,02 horas, contra 8,30 horas em 2013, mas ficando aquém do limite estabelecido pelo órgão regulador (ANEEL).

Indicadores operacionais	2014	2013	Var. %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	8,09	7,95	+ 0,14 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,09	1,31	- 0,22 p.p
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,20	0,23	- 13,04
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	76,6	82,6	- 7,26
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	64,21	58,62	+ 9,54
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	9,02	8,30	+ 8,67
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	7,70	8,87	- 13,19

4.4 - Mercado de energia: em 2014, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Caiuá, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.175,3 GWh, incremento de 4,5% em relação a 2013. O consumo foi impulsionado pela classe comercial, que cresceu 8,7% no ano. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, reduziu 5,3% em 2014. A energia total distribuída em 2014 foi de 1.194,3 GWh, ante os 1.128,1 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2014	2013	Var. %
1. Vendas de energia no mercado cativo	1.127,6	1.069,7	+ 5,4
✓ Residencial	449,3	420,1	+ 7,0
✓ Industrial	152,7	156,6	- 2,6
✓ Comercial	285,6	262,7	+ 8,7
✓ Rural	65,6	61,2	+ 7,2
✓ Outras Classes	174,4	169,1	+ 3,1
2. Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	47,7	55,0	- 13,3
3. Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.175,3	1.124,7	+ 4,5
4. Suprimento de energia e não faturado	19,0	3,4	+ 458,8
5. Energia Total Distribuída (3+4)	1.194,3	1.128,1	+ 5,9

A Caiuá encerrou o ano com 233.192 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,6% superior à registrada no fim de 2013, e com 6 consumidores livres.

5 - Estrutura de Capital

5.1 - Perfil da dívida e caixa

A Caiuá iniciou meados de 2014 um processo de melhoria da sua estrutura de capital e perfil de dívida, por intermédio de emissão de ações por subscrição particular. A emissão de ações, concluída em 20 de maio, teve por objetivo o aporte de recursos, conforme previsto no Plano Aneel, para recuperação e correção das falhas e transgressões que levaram à intervenção da distribuidora pelo Órgão Regulador, em 2012. O aumento de capital foi de R\$ 172,0 milhões, tendo sido emitidas 172.000.000 ações, ao preço de R\$ 1,00 por ação. Consequentemente, o número de ações do capital social da Companhia, de R\$ 283,3 milhões, passou a ser de 283.651.370 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 31 de setembro de 2014, o saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Caiuá apresentou aumento de R\$ 34,5 milhões em relação ao valor registrado em 31 de dezembro de 2013, totalizando R\$ 55,6 milhões.

5.2 - Dívida líquida

A dívida líquida da Caiuá, que inclui empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, encargos setoriais, compra de energia e fundo de pensão, passou de R\$ 248,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 106,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, redução de 56,9%.

As dívidas de curto e longo prazo da Caiuá em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Descrição Valores em R\$ milhões	2014	2013 (reclassificado)
Curto Prazo	55,8	207,8
Empréstimos e financiamentos	0,6	29,6
Encargos de dívidas	0,1	0,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	4,8	44,3
Parcelamento de encargos setoriais	50,3	67,1
Parcelamento de compra de energia Itaipu	-	66,6
Longo Prazo	106,6	61,3
Empréstimos e financiamentos	77,5	0,6
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	27,2	60,7
Parcelamento de encargos setoriais	1,9	-
Total das dívidas	162,4	269,1
(-) Disponibilidades financeiras	55,6	21,1
Total das dívidas líquidas	106,8	248,0

6 - Gestão de pessoas

A Caiuá valoriza seu capital humano investindo fortemente na gestão de pessoas, aprimorando a atuação da área e ampliando as premissas de uma gestão ágil e flexível, sempre em busca da melhoria constante na qualidade dos serviços. A Companhia encerrou 2014 com 389 colaboradores próprios e 73 terceirizados, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

As ações de gestão de pessoas da unidade estão alinhadas aos valores e missão da companhia, e visam impulsionar o desempenho, construindo competências estratégicas que possibilitem oportunidade de desenvolvimento de carreira para os colaboradores. A área de gestão de pessoas atua como prestadora de serviços de qualidade aos colaboradores da organização, oferecendo apoio estratégico para que possam crescer em conjunto com os objetivos e metas da empresa e preparando-os para os desafios do mercado atual.

Na prevenção de acidentes e preservação da saúde dos trabalhadores, a Caiuá foi agraciada com o Prêmio Nacional de Segurança da Fundação COGE - FUNCOGE, recebendo a medalha de Bronze no Grupo II (empresas com 501 a 2000 funcionários).

Em continuidade às ações de reforço da prática do Valor Pessoas, a Caiuá lançou, em outubro de 2014, o Programa de Autodesenvolvimento, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento dos colaboradores (gerentes, coordenadores, supervisores e profissionais de nível superior), para que cada um possa refletir e construir seu futuro profissional. O programa é um espaço online que disponibiliza conteúdo teórico, atividades práticas e testes, possibilitando o processo de reflexão, identificação de características profissionais e definição de objetivos para a carreira.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Caiuá deu ênfase ao desenvolvimento de seus gestores por meio da "Academia de Líderes", baseada na construção de trilhas de desenvolvimento segmentada por negócio, que tem por objetivo ser o principal veículo de disseminação e alinhamento da cultura, valores, competências da liderança e objetivos estratégicos, criando uma comunidade de líderes, preparados para o crescimento e sustentação no negócio.

7 - Responsabilidade socioambiental

O principal negócio do Grupo Energisa é o provimento de energia elétrica a uma parcela significativa de consumidores. Consciente de seu papel e de sua presença em todas as regiões do país, a Energisa investe constantemente em ações voltadas à sociedade.

A Caiuá busca o fortalecimento das comunidades com as quais se relaciona, desenvolvendo atividades socioculturais e esportivas, apoiando projetos de estímulo à educação e desenvolvendo ações de uso consciente de energia elétrica e preservação ambiental. Em 2014, os esforços da empresa estiveram voltados para o atendimento de qualidade e confiabilidade.

Visando formar cada vez mais cidadãos conscientes de seu papel na preservação dos recursos naturais e da vida, a Caiuá investiu em ações de comunicação direcionadas à economia e segurança com energia elétrica, tais como:

- ✓ Durante a IX Semana Nacional de Segurança da População com Energia Elétrica, a empresa ministrou palestras para estudantes do projeto CIDADESCOLA de Presidente Prudente e beneficiou um total de 832 estudantes e professores do Ensino Fundamental.
- ✓ Ao participar de mais uma edição do Festival de Pipas Raul Albieri, abordou os aspectos de segurança, simulador de choque. A empresa ainda distribuiu o jogo trilha da segurança e folheto orientativo aos cinco mil participantes.
- ✓ Por meio de campanhas em emissoras de rádio de sua concessão, transmitiu orientações sobre vários temas ligadas a segurança e economia de energia.

Entre as principais ações realizadas em 2014, destaca-se:

Iniciativas Socioculturais

As frentes de incentivo cultural focam em projetos que promovem o acesso à cultura em diversos segmentos para comunidades locais:

- ✓ Em 2014, a Caiuá estimulou a prática da leitura quando, durante o Festival Bem-vindo Talento Olímpico, a empresa entregou exemplares do livro infantil “A Semente da Verdade”, da escritora Patrícia Engel Seco, para crianças.

No âmbito social três campanhas se destacaram:

- ✓ Por meio de voluntariado interno foram realizadas as campanhas do *Agasalho* e *Mutirão de Natal*. Para a campanha *Natal Sem Fome*, colaboradores da Companhia arrecadaram mantimentos para montar cestas de Natal e ainda arrecadaram recursos financeiros que foram revertidos na compra de brinquedos.

Uso Consciente de Energia

Para 2015, estão previstos investimentos de mais de R\$ 4 milhões em ações voltadas para o estímulo ao consumo consciente de energia elétrica.

8 - Serviços prestados pelo auditor independente

Em 29 de maio de 2014, a Diretoria da Caiuá aprovou a alteração do auditor independente da Companhia, que passou a ser a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A remuneração da antiga auditoria BDO RCS Auditores Independentes e da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Caiuá em 2014 foi de R\$ 91,0 mil, sendo R\$ 40,0 mil pela revisão das demonstrações financeiras e R\$ 51,0 mil para a revisão de processos fiscais e programas de “Eficiência Energética” e P&D.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1 Balanço Patrimonial Ativo

CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	5	54.914	20.371	20.961
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	697	707	707
Consumidores e concessionárias	6	58.262	62.054	70.686
Títulos de créditos a receber	7	1.388	1.139	886
Estoques		840	859	686
Impostos a recuperar	9	7.954	2.832	1.523
Ativos regulatórios	12	29.895	-	-
Serviços em curso		3.529	4.389	4.032
Instrumentos financeiros derivativos		1.684		
Despesas pagas antecipadamente		76	253	253
Contas a receber da concessão	15	131.542	-	-
Outros créditos	11	12.438	7.118	3.568
Total do circulante		303.038	99.722	103.302
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Consumidores e concessionárias	6	736	547	615
Partes relacionadas	13	-	22	4.327
Impostos a recuperar	9	3.682	2.371	1.538
Créditos tributários	14	10.436	14.619	6.186
Cauções e depósitos vinculados	22	7.327	6.435	11.692
Contas a receber da concessão	15	-	129.041	138.433
Outros Créditos	11	1.222	1.097	14.035
		23.403	154.132	176.826
Intangível	16	21.596	16.269	41.712
Total do não circulante		44.999	170.401	223.536
Total do ativo		348.037	270.123	321.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2 Balanço Patrimonial Passivo

CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	17	34.769	102.057	49.154
Encargos de dívidas	18	79	225	225
Empréstimos e financiamentos	18	530	29.512	46.901
Financiamento por arrendamento financeiro	19	24	68	183
Folha de pagamento		1.361	751	734
Tributos e contribuições sociais	20.1 e 20.2	15.616	53.669	111.914
Obrigações estimadas		2.413	2.855	2.855
Encargos do consumidor a recolher		13.324	18.004	22.757
Taxa de iluminação pública arrecadada		1.705	1.572	1.560
Benefícios a empregados - plano de pensão	32	146	-	153
Taxas Regulamentares	21	50.325	67.069	50.062
Passivos regulatórios	12	20.013	-	-
Obrigações do programa eficiência energética	21.2	10.549	8.803	6.518
Outras contas a pagar		1.509	1.478	1.121
Total do circulante		152.363	286.063	294.137
Não circulante				
Fornecedores	17	-	629	-
Empréstimos e financiamentos	18	77.519	564	25.300
Financiamento por arrendamento financeiro	19	-	19	158
Tributos e contribuições sociais	20.1 e 20.2	34.001	63.809	39.479
Obrigações intrassetoriais	21	1.886	-	-
Obrigações do programa eficiência energética	21.2	7.619	6.654	6.153
Partes relacionadas	13	1.753	49.789	49.605
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	4.962	9.107	10.538
Benefícios a empregados - plano de pensão	32	232	1.142	2.229
Outros		3.713	3.712	3.713
Total do não circulante		131.685	135.425	137.175
Patrimônio líquido				
Capital social	23	283.267	111.267	111.267
Prejuízos acumulados		(241.799)	(261.878)	(219.268)
Outros resultados abrangentes	23	(69)	(754)	(1.471)
Adiantamento para futuro aumento de capital		22.590	-	-
Total do patrimônio líquido		63.989	(151.365)	(109.472)
Total do passivo e patrimônio líquido		348.037	270.123	321.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3 Demonstrações de Resultados

CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2014	2013 (reapresentado)
Receita operacional líquida	24	356.691	302.643
Custo do serviço de energia elétrica	25	(224.974)	(199.518)
Custo de operação	25	(62.407)	(55.226)
Custo do serviço prestados a terceiros	25	(322)	-
Lucro bruto		68.988	47.899
Despesas com vendas	26	(8.138)	(5.517)
Despesas gerais e administrativas	26	(27.475)	(25.673)
Outras receitas (despesas), líquidas	27	2.442	(42.247)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		35.817	(29.538)
Receita financeira	28	12.734	21.941
Despesas financeiras	28	(30.462)	(43.816)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(17.728)	(21.875)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		18.089	(51.413)
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	1.990	8.803
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		20.079	(42.610)
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído ação - R\$		0,09	(0,38)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4 Demonstração do Resultado Abrangente

CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	2014	2013 (reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	20.079	(42.610)
Outros resultados abrangentes	685	717
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	20.764	(41.893)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		18.089	(51.413)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		510	7.238
Amortização e depreciação	22	14.739	20.249
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	22	2.798	12.033
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	(4.145)	5.058
Ativos e passivos regulatórios		(9.882)	-
Marcação a mercado de derivativos	24	(3.263)	948
Ganho (perda) na alienação/baixa de bens do intangível	23	2.270	46.247
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição de consumidores e concessionárias		805	11.481
(Aumento) de títulos de créditos a receber		(249)	(608)
Diminuição (aumento) de estoques		19	(174)
(Aumento) de impostos a recuperar		(6.433)	(2.158)
(Aumento) diminuição de cauções e depósitos vinculados		(892)	5.586
(Aumento) de outros créditos		(5.687)	(8.667)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) aumento de fornecedores		(73.244)	34.128
Aumento de folha de pagamento		610	-
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais		(61.688)	(42.003)
(Diminuição) aumento de obrigações Estimadas		(442)	342
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		6.359	14.425
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(113.200)	52.712
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		3.532	-
Aplicações no intangível		(18.648)	(6.425)
Alienação de bens do intangível	23	22	246
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(15.094)	(6.179)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos	17	73.500	792
Pagamentos de empréstimos - principal	17	(29.608)	(41.104)
Pagamentos de empréstimos - juros	17	(1.858)	(7.749)
Aumento de capital com subscrição de ações	20.1	172.000	-
Pagamento de parcelamento de encargos setoriais e Itaipú		(25.751)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		22.590	-
Recebimento de partes relacionadas		(48.036)	938
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		162.837	(47.123)
Variação líquida do caixa		34.543	(590)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		20.371	20.961
Caixa mais equivalentes de caixa finais		54.914	20.371
Variação líquida do caixa		34.543	(590)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013 (reapresentado)
Geração do valor adicionado:			
Receitas		483.709	368.626
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		445.357	378.165
Outros resultados	24	19.247	(22.004)
Receitas relativas a construção de ativos próprios	22 e 25	21.903	12.510
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	23	(2.798)	(46)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida		(224.974)	(199.518)
Materiais e serviços de terceiros		(26.039)	(20.024)
Outros custos operacionais		(18.765)	(11.993)
		(269.778)	(231.536)
Valor adicionado bruto		213.931	137.090
Amortização e depreciação	23	(14.739)	(20.249)
Valor adicionado líquido		199.192	116.841
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	25	39.396	22.953
Valor adicionado total a distribuir		238.588	139.794
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal		26.531	27.209
Remuneração direta		18.365	15.656
Benefícios		5.957	9.464
FGTS		2.209	2.089
Impostos, taxas e contribuições		134.218	110.022
Federais		45.593	33.860
Estaduais		79.427	68.908
Municipais		172	85
Obrigações Intrassetoriais		9.026	7.169
Remuneração de capitais de terceiros		57.760	45.173
Juros	25	3.471	9.287
Aluguéis		1.152	1.121
Outras Despesas Financeiras		53.137	34.765
Remuneração de capitais próprios		20.079	(42.610)
Lucros (prejuízos) acumulados	21.6	20.079	(42.610)
Dividendos prescritos de exercícios anteriores		-	-
		238.588	139.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013		111.267	-	(219.268)	(1.471)	(109.472)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	717	717
Prejuízo do exercício		-	-	(42.610)	-	(42.610)
Saldos em 31 dezembro de 2013		111.267	-	(261.878)	(754)	(151.365)
Aumento de capital social		172.000	-	-	-	172.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	22.590	-	-	22.590
Outros resultados abrangentes		-	-	-	685	685
Lucro líquido do exercício		-	-	20.079	-	20.079
Saldos em 31 dezembro de 2014		283.267	22.590	(241.799)	(69)	63.989

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8 Balanço Social

CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S/A														
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2014														
(Em milhares de reais)														
1 - Base de Cálculo		2014 Valor			2013 Valor									
Receita líquida (RL)		358.066			304.139									
Resultado operacional (RO)		11.293			-41.746									
Folha de pagamento bruta (FPB)		31.914			32.932									
2 - Indicadores Sociais Internos		Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB								
Alimentação		3.798	11,53%	1,25%	2.812	8,54%								
Encargos sociais compulsórios		5.221	15,85%	1,72%	5.499	16,70%								
Previdência privada		543	1,65%	0,18%	516	1,57%								
Saúde		2.035	6,18%	0,67%	1.763	5,35%								
Segurança e saúde no trabalho		312	0,95%	0,10%	289	0,88%								
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Capacitação e desenvolvimento profissional		1	0,00%	0,00%	2	0,01%								
Creches ou auxílio-creche		21	0,06%	0,01%	16	0,05%								
Participação nos lucros ou resultados		3.016	9,16%	0,99%	619	1,88%								
Outros		286	0,87%	0,09%	282	0,86%								
Total - Indicadores sociais internos		15.233	46,26%	5,01%	11.798	35,83%								
3 - Indicadores Sociais Externos		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO								
Educação		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Cultura		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Saúde e saneamento		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Esporte		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Combate à fome e segurança alimentar		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Outros		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Total das contribuições para a sociedade		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Tributos (excluídos encargos sociais)		123.316	1091,97%	34,44%	99.099	-237,39%								
Total - Indicadores sociais externos		123.316	1091,97%	34,44%	99.099	-237,39%								
4 - Indicadores Ambientais		Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO								
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Total dos investimentos em meio ambiente		-	0,00%	0,00%	-	0,00%								
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa <table border="0" style="width: 100%; margin-top: 5px;"> <tr> <td style="width: 33%; text-align: center;">(x) não possui metas</td> <td style="width: 33%; text-align: center;">() cumpre de 51 a 75%</td> <td style="width: 33%; text-align: center;">(x) não possui metas</td> <td style="width: 33%; text-align: center;">() cumpre de 51 a 75%</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">() cumpre de 0 a 50%</td> <td style="text-align: center;">() cumpre de 76 a 100%</td> <td style="text-align: center;">() cumpre de 0 a 50%</td> <td style="text-align: center;">() cumpre de 76 a 100%</td> </tr> </table>							(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%
(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	(x) não possui metas	() cumpre de 51 a 75%											
() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 76 a 100%											
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2014			2013									
Nº de empregados(as) ao final do período		390			393									
Nº de admissões durante o período		47			39									
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		144			133									
Nº de estagiários(as)		13			15									
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		100			126									
Nº de mulheres que trabalham na empresa		66			71									
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		25,00%			21,00%									
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		49			46									
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		6,25%			0,00%									
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais		10			11									
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2014			Metas 2015									
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		34,00			34,00									
Número total de acidentes de trabalho		10			9									
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências								
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as) + Cipa								
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT e seguirá a OIT								
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)								
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)								
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão	() serão sugeridos								
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	(x) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará e incentivará								
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		na empresa	no Procon 69	na Justiça 107	na empresa 72	no Procon 112								
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa 100%	no Procon 7%	na Justiça 7%	na empresa 100%	no Procon 7%								
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		Em 2014: 232.192			Em 2013: 149.461									
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		59 % governo 11% colaboradores(as) 0% acionistas 25% terceiros 5% retido			74% governo 18% colaboradores(as) 0% acionistas 30% terceiros (22%) retido									
7 - Outras Informações		2014			2013									
7) Investimentos sociais														
7.1 - Programa Luz para Todos														
7.1.1 - Investimento da União		0			0									
7.1.2 - Investimento do Estado		0			0									
7.1.3 - Investimento do Município		0			0									
7.1.4 - Investimento da Concessionária		17.977			15.026									
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)		17.977			15.026									
7.2 - Programa de eficiência Energética		1.560			1.351									
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento		624			559									
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)		20.161			16.936									

Notas Explicativas

CAIUÁ - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Caiuá - Distribuição de Energia S.A. ("Companhia" ou "CAIUÁ") é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, controlada pela Rede Energia S.A. ("REDE") - "em Recuperação Judicial", que por sua vez é integrante do GRUPO ENERGISA, atua em 24 municípios da região Oeste do Estado de São Paulo, com uma área de 9.149 km², atendendo a 233.192 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de São Paulo - SP.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de energia elétrica são:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações de posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Renovação de concessões:

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579 sobre a renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de até 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia manifestou, em junho de 2012, o interesse na prorrogação de seu Contrato de Concessão pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do § 2º do art. 2º do Decreto nº 7.805/12.

Tal pedido foi reiterado em 11 de outubro de 2012 aguardando ainda o conhecimento das condições a serem estabelecidas pelo Poder Concedente nos termos aditivos aos referidos Contratos, quando da divulgação do ordenamento jurídico de regência dos futuros instrumentos.

Como o prazo da concessão vencerá em 07 de julho de 2015, e como até o momento a Companhia não tomou conhecimento das decisões a respeito dos encaminhamentos realizados, foi agendada reunião com o Ministro de Estado das Minas e Energia para dar conhecimento da gravidade e dos impactos desta indefinição. A expectativa da Administração é de que este pedido de prorrogação seja aprovado pelo Poder Concedente, em condições semelhantes às atuais e pelo prazo de 30 anos. Por ora, seguimos no aguardo de manifestação do Poder Concedente.

1.1. Intervenção administrativa da ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 3.651, de 31 de agosto de 2012, determinou, cautelarmente, a intervenção administrativa na Companhia, por um prazo de 1 (um) ano, contado da edição desta resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL.

A Intervenção teve como objetivos a defesa do interesse público, a preservação do serviço adequado aos consumidores e a gestão dos negócios da concessionária, assegurando o cumprimento das obrigações legais e contratuais vinculadas ao Contrato de Concessão.

Através da Resolução Autorizativa n.º 4.284, de 20 de agosto de 2013, a ANEEL prorrogou, pelo prazo de 2 (dois) anos, a intervenção administrativa na CAIUÁ, determinada pela Resolução Autorizativa n.º 3.651 de 31 de agosto de 2012, continuando inalteradas as disposições anteriores.

Em 08 de abril de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 4.622 que decretou o fim da intervenção federal na CAIUÁ. A conclusão do processo foi condicionada à lavratura da transferência das ações nos livros societários das empresas que compõem o compromisso de compra e venda e à realização de Assembleia Geral para a eleição dos novos administradores da Concessionária (ver nota nº 1.4.).

Em 10 de abril de 2014 foram lavradas as transferências das ações do controle acionário da Companhia e em 11 de abril de 2014 foram eleitos os novos administradores da Companhia.

1.2. Plano de Recuperação da CAIUÁ

Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.651, determinou a intervenção administrativa na CAIUÁ, pelo prazo de 1 (um) ano, com prorrogação de prazo de dois anos conforme Resolução Autorizativa nº 4.284 de 20 de agosto de 2013. Nos termos do § 3º do artigo 3º da Resolução, os acionistas da Companhia teriam que apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da intervenção, um Plano de Recuperação e Correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 26 de outubro de 2012, o representante legal do acionista controlador protocolizou na ANEEL, um Plano de Recuperação para análise e aprovação da Agência Reguladora.

Esse plano estava baseado na premissa de entrada de novo controlador para o grupo Rede, com injeção de novos recursos na Rede Energia S.A - em Recuperação Judicial. Após a entrada do novo acionista, a Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial injetaria diretamente ou via Rede Power do Brasil S.A recursos na Companhia.

Em 01 de outubro de 2013, a Rede Energia S.A - em Recuperação Judicial apresentou à ANEEL, um novo plano de recuperação para análise e aprovação da agência reguladora. Esse plano estava vinculado à transferência de controle acionário para a Energisa S.A. cujo compromisso de investimento, compra e venda de ações, foi firmado em 11 de julho de 2013.

Em 20 de novembro de 2013, foi aberta pela ANEEL uma Audiência Pública para obter subsídios a respeito da análise dos Planos de Recuperação e Correção das Falhas e Transgressões das concessionárias de distribuição do Grupo Rede sob Intervenção.

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho n.º 4.463/2013 o plano de recuperação da CAIUÁ apresentado pelo Grupo Rede Energia que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa. Em até 60 (sessenta) dias após a transferência do controle societário, o Grupo Energisa deveria comprovar o

aporte dos recursos previstos nos planos aprovados para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção.

Em 28 de janeiro de 2014, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.510, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário dos controladores da Companhia para a Energisa S.A. e definiu que a nova controladora deverá observar a expressa vedação para a transferência de recursos via mútuo das distribuidoras para qualquer holding, protegendo assim o serviço público de eventuais percalços financeiros.

Com o fim da intervenção passou a vigorar na CAIUÁ o regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que está condicionado ao aporte dos recursos previstos nos planos para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O regime excepcional resolve:

- Distribuição de dividendos acima do mínimo exigido pela legislação fica condicionada a uma relação entre a Dívida Líquida e o Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA, menor ou igual a 3,5 vezes.
- Autorizar que os débitos originários de multas com exigibilidade suspensa pelo Despacho nº 1.493, de 14 de maio de 2013, possam ser pagos em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas;
- Autorizar o regime excepcional de sanções regulatórias, contemplando o caráter exclusivamente de orientação, sem aplicação de penalidades, das ações fiscalizadoras de caráter técnico/comercial, cujos termos de notificação sejam emitidos até 31 de dezembro de 2015.

1.3. Recuperação Judicial - Rede Energia

Em 19 de dezembro de 2012, a acionista direta da CAIUÁ, Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial e as coligadas Companhia Técnica de Comercialização de Energia (CTCE) "em Recuperação Judicial" e a QMRA Participações S.A. (QMRA) "em Recuperação Judicial" tiveram seus pedidos de recuperação judicial (RJ) deferidos nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Os planos de recuperação judicial foram apresentados em juízo no dia 15 de março de 2013, dentro do prazo legal, para ser submetido à deliberação das assembleias gerais de credores das empresas, a serem instaladas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados do deferimento do processamento dos pedidos de recuperação (art. 56, §1º, da Lei de Recuperação). Esses planos, que foram divulgados aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, estavam sujeitos às modificações que poderiam ser propostas pelos credores e deliberadas em assembleia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação das próprias empresas (art. 56, §3º, da Lei de Recuperação).

Em 05 de julho de 2013, na Assembleia Geral de Credores, foi submetida para aprovação dos credores a nova versão do Plano de Recuperação Judicial da Rede Energia S.A - em Recuperação Judicial e das outras sociedades relacionadas.

A decisão da homologação do referido Plano de Recuperação Judicial foi proferida pelo MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações da Capital do Estado de São Paulo em 09 de setembro 2013.

1.4. Compromisso de Investimento, compra e venda de ações e outras avenças

Em 11 de julho de 2013, a controladora Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial publicou fato relevante ao mercado que foi celebrado, naquela data, Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, Energisa S.A. e, de outro lado, o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior, pelo qual este último, mediante a verificação de determinadas condições precedentes, compromete-se a transferir à Energisa S.A. a totalidade de suas ações de emissão da REDE e das sociedades J.Q.M.J. Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. - em recuperação judicial e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, participações societárias essas que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da REDE e, por consequência, das demais sociedades do Grupo, inclusive das distribuidoras de energia elétrica.

O compromisso assinado reflete o plano de recuperação judicial votado na assembleia geral de credores realizada na mesma data. A efetiva conclusão do negócio estava sujeita a condições precedentes, dentre elas: (i) à obtenção das devidas aprovações por parte dos órgãos públicos competentes e de determinados credores e investidores, nos termos da legislação, contratos e acordos de acionistas aplicáveis (vide nota 1.3); (ii) à aprovação do plano de recuperação das distribuidoras de energia elétrica, apresentado à ANEEL, para levantamento da intervenção; e (iii) à homologação do plano de recuperação judicial apresentado na assembleia geral de credores de 5 de julho de 2013, no âmbito da recuperação judicial da REDE, ajuizada em conjunto com sociedades relacionadas (vide nota 1.3).

Em publicação no diário oficial da União de 16 de outubro de 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), aprovou, sem restrições a aquisição, pela Energisa S.A, do controle acionário da Rede Energia - em Recuperação Judicial.

Em 11 de abril de 2014 foram lavradas as transferências das ações passando o controle acionário do Grupo Rede para a Energisa S.A. e também foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Rede elegendo os novos administradores.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de março de 2015.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Julgamentos e estimativas

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de

competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 31.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB- International Accounting Standards Board

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge;
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros;
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento;
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros;
- IFRIC 21 - Taxas do Governo;

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia, é como segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5)
- IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4)
- Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3)
- Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3)
- Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3)
- Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2)
- Modificações as IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

(4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.

(5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

3.2. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros, pela forma de apuração de seu valor justo, está apresentada na nota explicativa nº 31.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, ativos regulatórios, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto derivativos que são mensurados pelo valor justo;

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

f. Ativos e passivos regulatórios - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão da Companhia foram atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacional de Contabilidade), a Companhia passou a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência.

g. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, desde o exercício de 2012, a Companhia registrou como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 15;

h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;

i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;

j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso, com base na taxa média efetiva de captação;

k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- I. Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m. Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 31;
- n. Imposto de renda e contribuição social - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto

diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.499 de 16/10/2014. Para as empresa que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia avaliou os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015 e não espera impactos relevantes para Companhia.

- o. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- p. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- r. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- s. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A

taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;

- t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.
- u. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.3. Reapresentações

A Companhia realizou em 2014 uma revisão da receita de ultrapassagem de demanda, a qual resultou em um ajuste no saldo do ativo intangível em contrapartida com a conta receita operacional líquida e, também, revisou os valores referentes a compra de energia de curto prazo, que resultou em ajuste da conta de fornecedores em contrapartida com a conta de custo dos serviços de energia elétrica em 31 de dezembro de 2013 e 1 de janeiro de 2013. Também efetuou a reclassificação para a apresentação líquida dos montantes de tributos diferidos. Em conformidade com o Pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, o balanço patrimonial, o resultado do exercício e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente comparativos estão sendo reapresentados conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial	Saldo em 2013 (publicado)	Ajustes	Saldo em 2013 (reapresentado)
Ativo			
Não circulante			
Intangível	18.826	(2.557)	16.269
Total do não circulante	172.958	(2.557)	170.401
Total do Ativo	272.680	(2.557)	270.123
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	93.886	8.171	102.057
Total do circulante	277.892	8.171	286.063
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(251.150)	(10.728)	(261.878)
Total do patrimônio líquido	(140.637)	(10.728)	(151.365)
Total do Passivo e patrimônio líquido	272.680	(2.557)	270.123

Demonstração Resultado	Saldo em 2013 (publicado)	Ajustes	Saldo em 2013 (reapresentado)
Receita operacional líquida	304.139	(1.496)	302.643
Custo do serviço de energia elétrica	(191.347)	(8.171)	(199.518)
Lucro bruto	57.566	(9.667)	47.899
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(19.871)	(9.667)	(29.538)
Lucro antes dos impostos	(41.746)	(9.667)	(51.413)
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.803	-	8.803
Prejuízo do exercício	(32.943)	(9.667)	(42.610)
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	(0,30)	-	(0,38)

Demonstração da mutação do patrimônio líquido	Saldo em 2013 (publicado)	Ajustes	Saldo em 2013 (reapresentado)
Saldos iniciais	(108.411)	(1.061)	(109.472)
Prejuízo acumulados	(251.150)	(10.728)	(261.878)
Saldos finais	(140.637)	(10.728)	(151.365)

Demonstração de Outros Resultados Abrangentes	Saldo em 2013 (publicado)	Ajustes	Saldo em 2013 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	(32.943)	(9.667)	(42.610)
Outros resultados abrangentes	-	717	717
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	(32.943)	(8.950)	(41.893)

Demonstração do Valor Adicionado	Saldo em 2013 (publicado)	Ajustes	Saldo em 2013 (reapresentado)
Geração do valor adicionado:			
Receitas	370.122	(1.496)	368.626
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	379.661	(1.496)	378.165
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida	(191.347)	(8.171)	(199.518)
Valor adicionado bruto	146.757	(9.667)	137.090
Valor adicionado líquido	126.508	(9.667)	116.841
Valor adicionado total a distribuir	149.461	(9.667)	139.794
Distribuição do valor adicionado:			
Remuneração de capitais próprios	(32.943)	(9.667)	(42.610)
Prejuízo acumulados	(32.943)	(9.667)	(42.610)
	149.461	(9.667)	139.794

Balanco Patrimonial	Saldo em 2012 (publicado)	Ajustes	Saldo em 01/01/2013 (reapresentado)
Ativo			
Ativo não circulante			
Créditos Tributários	11.184	(4.998)	6.186
Intangível	42.773	(1.061)	41.712
Total do ativo não circulante	224.597	(6.059)	218.538
Total do Ativo	327.899	(6.059)	321.840
Passivo			
Passivo não circulante			
Créditos tributários	(4.998)	4.998	-
Total do passivo não circulante	(142.173)	4.998	(137.175)
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(218.207)	(1.061)	(219.269)
Total do patrimônio líquido	(108.411)	(1.061)	(109.472)
Total do Passivo	(327.899)	6.059	(321.840)

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 24 municípios da região Oeste do Estado de São Paulo, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento ⁽¹⁾	Remuneração	2014	2013
Banco Bradesco	CDB	31/12/2015	20,0% CDI	236	1.676
Caixa E. Federal	CDB	30/9/2016	100,5% CDI	6.011	-
Itaú	CDB	31/12/2015	20,0% CDI	907	-
Banco Safra	CDB		10,0% CDI	-	46
Santander	CDB	08/01/2016 à 29/11/2016	103,2% CDI	44.260	13.288
				51.414	15.010
Caixa e Depósitos bancários				3.500	5.361
Total caixa e equivalente de caixa - Circulante				54.914	20.371

5.2. Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Instituição financeira	Tipo	Vencimento ⁽¹⁾	Remuneração	2014	2013
Bradesco	CDB (2)	04/06/2015 a 22/06/2015	70% CDI	426	460
Itaú	CDB (2)	22/01/2015 a 21/10/2015	90% CDI	271	247
				697	707
Circulante				55.611	21.078

(1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(2) Referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

6. Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2014	2013
Residencial	8.366	4.939	673	107	134	572	14.791	14.103
Industrial	3.925	1.241	232	13	95	736	6.242	5.671
Comercial	7.016	1.151	152	27	118	739	9.203	8.701
Rural	844	305	57	7	7	36	1.256	1.087
Poder público:								
Federal	99	14	-	-	-	-	113	126
Estadual	691	22	-	-	-	-	713	613
Municipal	90	158	49	-	-	49	346	190
Iluminação pública	40	146	-	-	-	333	519	478
Serviço público	1.487	18	3	-	-	533	2.041	2.053
Parcelamento Energia (Faturas Novadas)	392	17	18	19	46	440	932	764
(-) Ajuste a valor presente	(3)	-	-	-	-	-	(3)	(1)
Subtotal - consumidores	22.947	8.011	1.184	173	400	3.438	36.153	33.785
Concessionárias (2)	554	-	-	-	-	-	554	536
Fornecimento não faturado	13.035	-	-	-	-	-	13.035	12.605
Encargos de capacidade								
Emergencial	10.702	-	-	-	-	-	10.702	15.236
Outros	1.997	292	68	14	24	243	2.638	1.795
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(37)	(127)	(300)	(3.620)	(4.084)	(1.356)
Total	49.235	8.303	1.215	60	124	61	58.998	62.601
Circulante	48.499	8.303	1.215	60	124	61	58.262	62.054
Não circulante	736	-	-	-	-	-	736	547

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2014, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$554 (R\$536 em 2013), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2014. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$6.348 (R\$6.766 em 2013), referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$508 (R\$2.484 em 2013), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2014	2013
Saldo a vencer	554	536
	554	536
(-) Aquisição de energia CCEE	(6.348)	(6.766)
(-) Encargos de serviços de sistema	(508)	(2.484)
	(6.302)	(8.714)

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

7. Títulos de créditos a receber

	2014	2013
Valor de aquisição de créditos fiscais (a)	7.447	7.447
(-) Deságio (a)	(4.038)	(4.038)
(-) Perda no valor recuperável (a)	(3.409)	(3.409)
Outros títulos a receber	1.388	1.139
Total - Circulante	1.388	1.139

(a) Com a finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia adquiriu, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A Companhia ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a Companhia desistiu da compensação tributária de referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração da Companhia reconheceu provisão para perda no valor recuperável desse ativo.

8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2014	2013
Saldo - inicial circulante - 2013 e 2012	16.753	16.709
Provisões constituídas no exercício	2.959	145
Reversão de provisões no exercício	(160)	(101)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	19.552	16.753
Cheque em Cobrança	71	-
Clientes, consumidores e concessionárias	4.084	1.356
Títulos de créditos a receber	3.409	3.409
Banco Daycoval	11.988	11.988

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.

- Parcelamento energia - Faturas Novadas com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas, cuja perda não é considerada como incorrida.

9. Impostos a recuperar

Instituição financeira	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social:		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	7.127	3.799
Imposto de Renda (b)	1.612	1.013
Contribuição Social (b)	343	304
Contribuição Pis e Cofins	2.010	-
Outros	544	87
Total	11.636	5.203
Circulante	7.954	2.832
Não Circulante	3.682	2.371

(a) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível será recuperado em até 48 (quarenta e oito) meses.

(b) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2013 e anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 20), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

10. Revisão e reajuste tarifário periódico

10.1. Reajuste tarifário

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores, as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Através da Resolução Homologatória n.º 1.728 de 06 de maio de 2014 e Nota Técnica n.º 148 de 30 de abril de 2014, foram reajustadas as tarifas da base econômica da CAIUÁ em 15,63%, sendo 12,08% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 3,56% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores, a partir de 10 de abril de 2014, foi de 14,15%.

As tarifas que contemplam o reajuste tarifário anual econômico e os componentes financeiros pertinentes, entraram em vigor no período de 10 de maio de 2014 a 09 de maio de 2015.

10.2. Revisão tarifária

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em maio de 2016. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.288 de 08 de maio de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária da Companhia em vigor desde 10 de maio de 2012, que representou um efeito tarifário médio para o consumidor de 7,60%.

11. Outros créditos

	2014	2013
Adiantamentos a empregados	32	1.149
Adiantamentos a fornecedores	696	681
Dispêndios a reembolsar	374	-
Desativações em curso (a)	122	102
Alienação em curso (a)	14	124
Alienação de Bens e Direitos	809	1.025
Plano de universalização	-	74
Banco Daycoval (b)	11.988	11.988
(-) PCLD Banco Daycoval (b)	(11.988)	(11.988)
Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa (c)	2.047	2.047
(-) Cessão de Crédito Centrais Elétricas do Pará - Celpa (c)	(826)	(952)
Subvenção CDE - descontos tarifários (e)	8.272	737
Recuperação Custo Energia/encargos Dec 7.945	-	1.668
Subvenção à Baixa Renda (d)	1.910	1.425
Outros créditos a receber	29	135
Total	13.469	8.215
Circulante	12.248	7.118
Não Circulante	1.222	1.097

- a) Refere-se às desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao intangível, realização ou para estoque-sucata.
- b) Refere-se à transferência de valores efetuada pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da acionista Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta *holding*, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e está questionando judicialmente a sua devolução. O Plano de Correção das Falhas e Transgressões (Plano ANEEL), apresentado à Agência Reguladora em 26 de outubro de 2012, no âmbito da intervenção administrativa, previa o ressarcimento à Companhia, mediante aquisição da posição do Banco Daycoval S.A. pela Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial que era condição de aprovação do plano pela ANEEL. Ocorre que o Plano ANEEL foi aditado após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial, que prevê a venda do controle do Grupo Rede à ENERGISA. Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA de ressarcir à Enersul por meio de um AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital, no valor equivalente ao saque efetuado pelo Daycoval. Dessa forma, a realização do ativo passou a depender tão somente da demanda judicial movida contra o Banco Daycoval S.A. e, por isto, passou a ser tratada como um ativo contingente. Por este fato a Administração decidiu provisionar a perda deste valor enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico
- c) Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Os créditos intra-grupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensavam, que quitou perante às Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do saldo total de R\$2.967 que a Companhia tem direito, cerca de 69% (R\$2.047) foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. A Companhia mantém ajuste a valor presente a receber no valor de R\$826 (R\$952 em 2013).

- d) **Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social:** O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2014	2013
Saldo - inicial circulante - 2013 e 2012	1.425	1.041
Subvenção Baixa Renda	4.164	3.451
Ressarcimento pela Eletrobrás	(3.679)	(3.067)
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	1.910	1.425

- e) **Subvenção CDE - desconto tarifário** - A Resolução Homologatória 1.447 da ANEEL, de 24 de janeiro de 2013, entre outras providências homologa valor mensal a ser repassado pela Eletrobrás à CAIUA, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Segue a movimentação no exercício:

	2014	2013
Saldo - inicial circulante - 2013 e 2012	737	-
Antecipação/Repasse despacho ANEEL	12.296	737
Ressarcimento pela Eletrobrás	(4.761)	-
Saldo - final - circulante - 2014 e 2013	8.272	737

12. Ativos e passivos regulatórios

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros. No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

Ativos regulatórios	2014
Parcela A (i)	
Energia elétrica comprada para revenda	24.017
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	4.039
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	542
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	278
Conta Consumo de Combustível - CCC	184
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu Binacional	50
Diferimento da parcela A	279
Itens financeiros	
Outros itens financeiros	506
	29.895
Circulante	29.895
Passivos regulatórios	2014
Parcela A (i)	
Encargo de serviços de sistema - ESS (ii)	15.201
Itens financeiros	
Recuperação dos 3% excedentes s/contratação de E.E	4.619
Outros itens financeiros	193
Total	20.013
Circulante	20.013
Saldo líquido dos ativos e passivos regulatórios	9.882
Efeito na demonstração do resultado	2014
Receita Operacional	9.787
Outras receitas e despesas financeiras	95
Total resultado	9.882

- (i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA: A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (ii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS: representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN;
- (iii) Neutralidade : refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

13. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA S/A - em Recuperação Judicial, (100,00% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Centrais Elétricas Matogrossenses (CEMAT), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale Paranapanema S/A (EDEVPA), Empresa Elétrica Bragantina S/A (EEB), Rede Eletricidade e Serviços S/A (REDESERV), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (CTCE) - em Recuperação Judicial, Tangará Energia S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral, QMRA Participações S/A e Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER).

A Rede Energia é controlada pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) do capital total, que por sua vez é controlada pela Denerge (99,99%). A partir de 11 de abril de 2014, a Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM passou a ser controlada pela Energisa (89,57%), que por sua vez também controla a JQMJ (99,95%).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

13.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

	Relacionamento	No exercício findo em:	
		2014	2013
Transações de mútuos:			
Receitas financeiras		-	94
Despesas financeiras		(2.019)	(3.624)
		<u>(2.019)</u>	<u>(3.530)</u>
Receita de uso da rede elétrica (a):			
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Grupo Econômico	2.723	3.831
		<u>2.723</u>	<u>3.831</u>
SALDOS ATIVOS			
Circulante			
Consumidores e concessionárias (a):			
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Grupo Econômico	57	107
Total		<u>57</u>	<u>107</u>
Não circulante			
Valores a recuperar:			
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Grupo Econômico	-	22
Total		<u>-</u>	<u>22</u>

	Relacionamento	No exercício findo em:	
		2014	2013
SALDOS PASSIVOS			
Não circulante			
Valores a reembolsar:			
Rede Energia S.A. - em Recuperação Judicial	Controladora	1.753	2.655
Cia Nacional de Energia Elétrica - (CNEE)	Grupo Econômico	-	33
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - (CEMAT)	Grupo Econômico	-	11
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - (EDEVP)	Grupo Econômico	-	16
		<u>1.753</u>	<u>2.715</u>
Conta corrente (b):			
Cia Nacional de Energia Elétrica - (CNEE)	Grupo Econômico	-	25.973
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - (CEMAT)	Grupo Econômico	-	8.514
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEVP)	Grupo Econômico	-	12.587
		<u>-</u>	<u>47.074</u>
Total		<u><u>1.753</u></u>	<u><u>49.789</u></u>

(a) Contratos relacionados ao setor elétrico

No curso normal dos negócios, a empresa compra e vende energia com empresas relacionadas nos termos de CCVE - Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, CCEAR - Contratos de Comercialização no Ambiente Regulado, CCD - Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e CUSD Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

(b) Conta corrente

Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras

Refere-se a movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras, cuja remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31 de agosto de 2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19 de agosto de 2011 foi encaminhado à ANEEL o 5o aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses.

Conforme disposto no artigo 2º da resolução autorizativa da Aneel n.º 4.463/2013, o Grupo Energisa deveria comprovar em até 60 dias após a transferência do controle societário, o aporte dos recursos previstos no plano aprovado para recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção. O aporte inclui a quitação dos mútuos entre todas as empresas do Grupo Rede Energia.

Os contratos de mútuos foram liquidados em 11 de junho de 2014.

13.2. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a remuneração da diretoria estatutária foi de R\$399 (R\$360 em 2013). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$7 (R\$7 em 2013). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$127 (R\$86 em 2013).

A maior e a menor remuneração atribuídas aos dirigentes e conselheiros, foram de R\$9 e R\$1 (R\$8 e R\$1 em 2013), respectivamente. A remuneração média anual de 2014 foi de R\$34 (R\$27 em 2013).

Na AGE de 11 de abril de 2014, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2014 no montante de R\$1.718 (R\$367 em 2013). Além deste valor foram pagos a título de prestação de serviços cerca de R\$ 2.416, quando da transferência de controle acionário.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$533 (R\$453 em 2013).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

14. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2014	2013
Ativo		
Diferenças Temporais:		
Imposto de renda	10.290	10.564
Contribuição social	3.704	4.055
Total	13.994	14.619
Passivo		
Diferenças Temporais:		
Imposto de renda	2.616	-
Contribuição social	942	-
Total	3.558	-
Total do Ativo não Circulante líquido	10.436	14.619

A natureza dos créditos diferidos são:

	2014		2013	
	base de cálculo	IRPJ + CSLL	base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo e Passivo				
Prejuízos fiscais	151.650	37.913	170.176	42.544
Base negativa da CSLL	157.464	14.172	173.969	15.657
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	19.522	6.637	16.754	5.696
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis	4.962	1.687	9.107	3.096
Provisão ajuste atuarial - Outros resultados Abrangentes	105	36	1.142	388
Ajuste e valor presente	2.409	819	943	321
Perda do VNR - contas a receber da concessão e atualizações, líquido dos ativos regulatórios	25.571	8.694	38.376	13.049
Outras exclusões temporárias	(489)	(166)	-	-
Créditos tributários não reconhecidos IRPJ - Instrução 371 CVM	(180.906)	(45.227)	(194.238)	(48.560)
Créditos tributários não reconhecidos CSLL - Instrução 371 CVM	(156.986)	(14.129)	(195.241)	(17.572)
Total - ativo não circulante	23.302	10.436	20.988	14.619

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos Créditos
2015	10.436
Total	10.436

A Companhia manifestou em 15 de outubro de 2012 a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015 e considera que os saldos de impostos diferidos serão realizados através de suas operações. A Companhia possui estudos para a realização desses créditos considerando diversos cenários.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	18.089	(51.413)
Alíquotas fiscal combinada	34%	34%
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais	(6.150)	17.480
Exclusão Receitas financeiras - REFIS Lei 12.996/14	1.237	-
Créd. Tributários Reconhecidos - Compensação Lei 13.043/2014	6.173	-
Despesas Indedutíveis/(Receitas Não Tributadas)	730	(8.677)
Receita de imposto de renda e contribuição social	1.990	8.803

(*) A companhia reconheceu em 11/2014 créditos tributários diferidos, no valor de R\$6.173 utilizados para liquidação de 70% de parcelamentos existentes junto à RFB, em conformidade com a Lei 13.043/2014.

Lei n.º 12.973/2014 (MP 627/2013)

A Medida Provisória n.º 627/2013 que foi convertida na Lei 12.973/2014 trouxe alterações relevantes para as regras tributárias federais, dentre as quais destacam-se as seguintes: (i) revogação do Regime Tributário de Transição ("RTT"); (ii) alterações no Decreto-Lei n.º 1.598/77 que trata do IRPJ e CSLL; (iii) definição de que a alteração ou a adoção de novos métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, posteriores à publicação desta MP, não terão implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iv) inclusão de tratamento específico sobre a tributação de lucros ou dividendos; (v) inclusão de disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (vi) novas considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A referida Lei produzirá efeitos a partir de 2014, para as empresas que optaram até 07 de novembro de 2014, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal n.º 1.499 de 16/10/2014. Para as empresa que não optaram, a aplicação das normas estará obrigada a partir de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos da lei e fará a adoção ao novo regime a partir do exercício de 2015.

15. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória n.º 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura

vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$1.086.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no circulante. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	2014	2013
Ativo financeiro - 2013 e 2012	129.041	138.433
Adições no exercício (*)	4.600	10.482
Baixas no exercício	(3.185)	(4.636)
Ativo financeiro	130.456	144.279
Atualização contas a receber da concessão - VNR (**)	1.086	(15.238)
Ativo financeiro custo corrigido - 2014 e 2013	131.542	129.041

(*) Inclui R\$2.762 referente a transferência do intangível e R\$1.838 foram valores de bifurcação ajustados no exercício.

(**) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas. Em 2014, foi reconhecido (R\$2.883) de atualização pelo IGPM para obrigações as obrigações devido a uma revisão de cálculo efetuada pela Companhia em sua base do ativo financeiro. Em 2013, foram registrados os valores referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária, homologado pela ANEEL e atualizado pelo IGP-M até 31/12/2013 e acrescido da base incremental do período.

16. Intangível

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível e ativo financeiro, conforme segue:

A mutação dos bens da concessão, segue:

	Saldo 2013	Adição	Baixas (*)	Amortização	Transferências	Saldo 2014
Custo:						
Intangível em serviço						
Custo	212.289	-	(2.447)	-	277	210.119
Amortização Acumulada	(186.615)	-	1.785	(16.775)	-	(201.605)
Subtotal	25.674	-	(662)	(16.775)	277	8.514
Em Curso:	12.634	28.856	(16.982)	-	(277)	24.231
Total	38.308	28.856	(17.644)	(16.775)	-	32.745
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em Serviço	21.652	-	-	-	(12.100)	9.552
Amortização Acumulada	(7.299)	-	-	(1.551)	-	(8.850)
Em curso	7.686	4.881	(14.220)	-	12.100	10.447
Total	22.039	4.881	(14.220)	(1.551)	-	11.149
Total Geral	16.269	23.975	(3.424)	(15.224)	-	21.596

(*) As baixas totalizaram no exercício R\$3.424, sendo R\$2.762 transferido para o ativo financeiro (bifurcação) e R\$662 referente às baixas operacionais do exercício.

	Saldo 2012	Adição	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo 2013
Custo:						
Intangível em serviço						
Custo	264.855	-	(54.724)	-	2.158	212.289
Amortização Acumulada	(214.573)	-	49.922	(21.964)	-	(186.615)
Subtotal	50.282	-	(4.802)	(21.964)	2.158	25.674
Em Curso:	12.224	13.705	(11.137)	-	(2.158)	12.634
Total	62.506	13.705	(15.939)	(21.964)	-	38.308
(-) Obrigações vinc. à concessão						
Em Serviço	20.816	(675)	-	-	1.511	21.652
Amortização Acumulada	(6.041)	-	-	(1.258)	-	(7.299)
Em curso	6.019	3.178	-	-	(1.511)	7.686
Total	20.794	2.503	-	(1.258)	-	22.039
Total Geral	41.712	11.202	(15.939)	(20.706)	-	16.269

(*) Das baixas no exercício de 2013 R\$11.137 transferido para o ativo financeiro e R\$4.802 referem-se às baixas operacionais do exercício.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,99% (4,07% em de 2013).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão	2014	2013
Contribuição do consumidor	33.116	30.738
Participação da União	4	4
Participação do Governo do Estado	12	12
Participação de Governos Municipais	6.595	5.595
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.060	2.557
(-) Amortização acumulada	(8.850)	(7.299)
Total	34.937	31.607
Alocação:		
Contas a receber da concessão	23.789	9.569
Intangível em serviço	702	14.353
Intangível em curso	6.386	5.128
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	4.060	2.557
Total	34.937	31.607

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em maio de 2008 as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em 05/2012 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou ser contabilizado na rubrica Obrigações Especiais.

Até 31 de dezembro de 2014, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$4.060 (R\$2.557 em 2013).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

17. Fornecedores

	2014	2013
Suprimento:		
CCEARs (leilão) (1)	23.470	91.447
CCEE (1)	6.348	6.766
Energia livre - CCEE (1)	470	470
Encargos de uso da rede elétrica (1)	508	2.484
Materiais, serviços e outros (2)	3.973	1.519
Total	34.769	102.686
Circulante	34.769	102.057
Não circulante	-	629

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	2014	2013
Em moeda nacional					
Eletrobrás - LT- ECFS-0042/2004	-	322	242	564	886
Banco Brasdesco - Capital de giro	-	-	-	-	2.818
Eletrobrás - RGR	7	-	-	7	-
Banco Safra - Capital de giro-CTR-600395-1	-	-	-	-	1.096
Banco Safra - Capital de giro-CTR-306704-5	-	-	-	-	2.675
Banco Safra - Capital de giro-CTR-306758-4	-	-	-	-	4.956
ABN AMRO-CTR- 4564/07-01	-	-	-	-	1.559
ABN AMRO-CTR- 4564/07-02	-	-	-	-	1.559
ABN AMRO-CTR- 4564/07-03	-	-	-	-	1.559
ABN AMRO -CTR- 4564/07-04	-	-	-	-	1.558
ABN AMRO -CTR- 4564/07-05	-	-	-	-	1.558
ABN AMRO -CTR- 4564/07-06	-	-	-	-	1.558
ABN AMRO -CTR- 4564/07-07	-	-	-	-	1.558
ABN AMRO -CTR- 4564/07-08	-	-	-	-	1.558
ABN AMRO -CTR- 4564/07-09	-	-	-	-	1.558
ABN AMRO -CTR- 4564/07-10	-	-	-	-	1.558
ABN AMRO -CTR- 4564/07-11	-	-	-	-	1.558
Mercantil -CTR-1051770-9	-	-	-	-	740
Santander - CTR-270626414	36	-	4.256	4.292	-
Santander - CTR-270627014	36	-	4.244	4.280	-
Total em moeda nacional	79	322	8.742	9.143	30.312
(-) custos de captação incorridos na contratação	-	-	-	-	(11)
	79	322	8.742	9.143	30.301
Em moeda estrangeira					
Itaú BBA- CTR- AGE800278/1	-	208	68.777	68.985	-
Total em moeda estrangeira	-	208	68.777	68.985	-
Total	79	530	77.519	78.128	30.301

a. **Eletrobrás:** recursos tomados para execução do Programa Luz para Todos com as seguintes características: empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia - MME e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR.A amortização do contrato será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a primeira parcela em outubro/2006 e a última em setembro/2016, com encargos de 6% a.a..

b. **Capital de giro:** em moeda nacional, contratos com taxa média ponderada de 2,28% a.a. acrescido da variação do CDI, com o Banco Santander, com amortização mensal e vencimento da última parcela ocorrendo em junho de 2019.

c. **Capital de giro:** O contrato em moeda estrangeira junto ao banco Itaú BBA, possui proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos, com taxa de 3,40% a.a., com amortização no final e vencimento da última parcela ocorrendo em novembro de 2017.(vide nota nº 31).

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

1/6/2014 Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR (Taxa efetiva de juros)
Eletróbrás - LT- ECFS-0042/2004	set-2016	mensal	Recebíveis	17	UFIR +	6,00%	6,00%
Santander - CTR-270626414	jun-2019	mensal	Recebíveis	54	CDI	2,28%	13,09%
Hp - 0436er08v6	Mai - 2015	mensal	Aval	5	CDI	3,72%	14,51%
Itaú BBA- CTR- AGE800278/1	nov-2017	final	Aval Energisa S.A	35	DOLAR	2,25%	15,64%

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais nos exercícios:

Moeda/Indicadores	2014	2013
US\$ x R\$	13,39%	14,64%
CDI	10,81%	8,06%
UFIR	0,00%	0,00%

Em 31 de dezembro de 2014, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2014
2016	2.833
2017	2.833
2018 em diante	71.853
Total	77.519

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2014	2013
Saldos em 2013 e 2012	30.301	72.426
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	73.500	748
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	5.712	5.587
Pagamento de principal	(29.540)	(40.806)
Pagamento de juros	(1.856)	(7.749)
Apropriação de custo de transação	11	95
Saldos em 2014 e 2013	78.128	30.301
Circulante	609	29.737
Não circulante	77.519	564

19. Financiamento por arrendamento mercantil

A Companhia possui arrendamento mercantil no montante de R\$24 (R\$87 em 2013) referente a equipamentos, registrados no ativo intangível, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI + 3,72%.

Seguem as movimentações ocorridas no exercício:

Descrição	2014	2013
Saldos em 2013 e 2012	87	341
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	7	44
Pagamento de principal	(68)	(298)
Pagamento de juros	(2)	-
Saldos em 2014 e 2013	24	87
Circulante	24	68
Não circulante	-	19

20. Tributos e Contribuições Sociais

20.1. Tributos e contribuições sociais correntes

	2014	2013
ICMS	15.417	11.060
Encargos sociais	575	514
PIS / COFINS	1.891	1.882
IRRF	20	64
Outros	158	42
Total - Circulante	18.061	13.562
Circulante	11.005	9.355
Não Circulante	7.056	4.207

20.2. Parcelamento de impostos

	2014	2013
PIS / COFINS (2)	-	13.688
ICMS (1)	31.556	90.228
Total	31.556	103.916
Circulante	4.611	44.314
Não Circulante	26.945	59.602

(1) A Companhia, possui parcelamentos ordinários e de dívida ativa, débitos junto a Secretaria da Fazenda Estadual no montante de R\$ 31.556, requerido em 2013 em 120 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Selic. No período foram efetuados pagamentos de R\$ 58.672. Em 29 de agosto de 2014 a companhia aderiu ao Programa PEP do ICMS do Estado de São Paulo, de acordo com o Decreto nº 60.444 de maio de 2014, e efetuou pagamento à vista de R\$ 30.341. A adesão ao Programa gerou uma redução de multas e juros de R\$10.061, registrado na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

	Valor original
Débitos em 31/12/2013	90.228
Atualização	4.325
Amortização	(22.595)
Ganho adesão ao PEP ICMS	(10.061)
Quitação Antecipação PEP ICMS	(30.341)
Saldo em 31/12/2014	31.556

(2) Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 12.996/2014, com pagamento de até 20% do saldo em 5 parcelas iguais e sucessivas até que a consolidação dos débitos fossem realizadas pela Receita Federal do Brasil, corrigidos pela variação da Selic. Em 28 de novembro de 2014 a Companhia optou por efetuar a liquidação total do débito no montante de R\$ 8.792, de acordo com a Lei 13.043/2014, que permitiu liquidar todo o saldo dos parcelamentos com a utilização de 70% de prejuízos fiscais e/ou base negativa de contribuição social, próprios ou de outras Companhias de um mesmo grupo econômico e de 30% com pagamento a vista. A adesão ao programa gerou redução de multas e juros de R\$1.201, registrado na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. A Companhia utilizou Crédito Proprio de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 6.173, com pagamento a vista de R\$ 2.619, correspondente aos 30% permitidos. O processo encontra-se em fase de homologação pela Receita Federal do Brasil.

	Valor original
Débitos em 31/12/2013	13.689
Atualização	1.155
Amortização	(3.310)
Ganho adesão ao REFIS	(1.201)
Antecipação dos 15% em 5 parcelas	(1.541)
30% - Lei 13.043	(2.619)
Valor utilizado de PF e BCN de CSLL	(6.173)
Saldo em 31/12/2014	-

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	2014	2013
2014	-	40.237
2015	4.611	23.645
2016	4.899	14.407
Após 2016	22.046	25.627
Total	31.556	103.916

21. Obrigações intrassetoriais

21.1. Taxas Regulamentares

	2014	2013
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	2.412	2.425
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	17.446	24.535
Progr. de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	14.148	17.187
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	18.205	22.922
Total - Circulante	52.211	67.069
Circulante	50.325	67.069
Não circulante	1.886	-

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 213 de Janeiro de 2013, autorizou a Eletrobrás a suspender a cobrança dos encargos Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, bem como financiamentos com recursos da RGR, vencidos e a vencer – não incluídos aqueles que se encontram em execução – até que sobrevenha o termo final da intervenção. No mesmo despacho, são indeferidos os pedidos de parcelamento dos encargos CCC, CDE, RGR e PROINFA, formulados pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica sob intervenção, pertencentes ao Grupo Rede Energia.

No segundo trimestre de 2014, após o Grupo Energisa passar a ser o controlador final da Companhia, foi efetuado o parcelamento dos débitos em atraso de CCC, CDE, RGR e PROINFA, sendo CCC e PROINFA em 12 parcelas, corrigido desde a data do vencimento original das quotas com juros de 1% ao mês e multa de 2% sobre o montante do débito e o saldo devedor será remunerado mensalmente pela variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, CDE em 13 parcelas, corrigido desde a data do vencimento original das quotas com juros de 1% ao mês e multa de 2% sobre o montante do débito e o saldo devedor será remunerado mensalmente pela variação da taxa SELIC e RGR em 60 parcelas, corrigido desde a data do vencimento original das quotas com juros de 1% ao mês e multa de 5% sobre o montante do débito e o saldo devedor será remunerado mensalmente pela variação da taxa SELIC.

21.2. Obrigação do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010.

	2014	2013
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	100	105
Ministério de Minas e Energia - MME	50	52
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.003	4.918
Programa de Eficiência Energética - PEE	12.015	10.382
Total	18.168	15.457
Circulante	10.549	8.803
Não circulante	7.619	6.654

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

22. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2013	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualizações	Saldo final 2014
Trabalhistas	2.438	3.379	(3.356)	169	2.630
Cíveis - Consumidores	2.486	365	(743)	224	2.332
Cíveis - regulatórias	4.183	-	(4.183)	-	-
Total	9.107	3.744	(8.282)	393	4.962
Depósitos e cauções vinculados	6.435				7.327

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualizações	Saldo final 2013
Trabalhistas	6.980	2.362	(6.904)	-	2.438
Cíveis - Consumidores	404	2.659	(577)	-	2.486
Cíveis - regulatórias	3.154	37	(4)	996	4.183
Total	10.538	5.058	(7.485)	996	9.107
Depósitos e cauções vinculados	11.692				6.435

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram pagos o montante de R\$702 (R\$6.547 em 2013), sendo de indenizações trabalhistas R\$156 (R\$6.287 em 2013) e de indenizações cíveis R\$546 (R\$260 em 2013).

Perdas prováveis

- **Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto discussões de ex-empregados pretendendo (i) recebimento de horas extras, (ii) de adicional de periculosidade, (iii) horas de sobreaviso, (iv) indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária ou subsidiária por verbas rescisórias.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento / revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento / revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) incorporação / indenização por construção de rede particular de energia

elétrica; (viii) ações indenizatórias de danos materiais e morais, decorrentes de desligamentos, oscilação de tensão, acidentes, dentre outros; (ix) servidões administrativas; (x) ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

- **Fiscais**

Refere-se basicamente Execução Fiscal nº 2007.100.001867-4, realizada em razão da reforma pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de decisão favorável de 1ª instância, proferida nos autos dos Embargos a Execução nº 2007.001.218816-8, que anulará a multa aplicada pelo PROCON em razão de supostas instabilidades do sistema de distribuição de energia elétrica ocorridos no Estado do Rio de Janeiro.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

No exercício de 2014 foram liquidados todos os saldos referentes aos processos administrativos e ações judiciais de natureza regulatória que referiam-se a provisões de multas regulatórias originárias de procedimento de fiscalização do poder concedente que encontravam-se em processo de defesa administrativa e judicial. Os processos administrativos, envolvendo autos de infração com multa aplicada, estavam sendo considerados como de prognóstico de perda provável em 2013, cujos valores envolvidos estavam provisionados. Os processos judiciais envolvendo discussão de multas regulatórias estavam sendo considerados, em sua maioria, como prognóstico de perda provável.

Perdas possíveis

A Companhia é parte passiva em processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$57.624 (R\$23.033 em 2013), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$2.332), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, ocorrendo somente atualização monetária no período.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$25.392, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

O aumento de R\$ 24.738 está relacionado à movimentação anual no que diz respeito à entrada de novos processos, revisão/alteração de antigas provisões e atualização monetária.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$29.900 referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS/COFINS incidentes nas faturas; (ii) ICMS incidente sobre a demanda; (iii) compensações e aproveitamento de créditos; (iv) incidência de ISSQN. Algumas ações judiciais de natureza tributária

possuem depósito judicial. Dentre elas, destaca-se a ação sobre PIS, que discute a inconstitucionalidade de sua cobrança, em vista do disposto no parágrafo 3º do artigo 155 da Constituição Federal, bem como ação versando incidência de ICMS sobre subvenção baixa-renda.

ICMS - Baixa Renda, trata-se de Mandado de Segurança Coletivo nº 0012977-89.2005.8.26.0053, impetrado pelo SINDIENERGIA (Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo) com o objetivo de afastar a exigência indevida do ICMS incidente sobre as parcelas da subvenção econômica baixa renda, recebidas de acordo com a Lei nº 10.604/2002. Os valores em discussão estão sendo depositados em juízo, de acordo com o recebimento das respectivas parcelas, no que tange ao período posterior à edição do Decreto 49.621/2005. Em primeira instância a segurança foi concedida, apenas para afastar a cobrança do ICMS sobre as parcelas da subvenção econômica recebida até o advento do Decreto Estadual nº 49.621/05. Em segunda instância, o recurso de apelação da Fazenda do Estado foi provido e a segurança completamente denegada. Por outro lado, o recurso de apelação do SINDIENERGIA teve provimento negado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Após embargos de declaração para pré-questionamento, foram interpostos RE e RESP pelo SINDIENERGIA, os quais tiveram seguimento negado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, contra o que foram interpostos os cabíveis agravos contra despachos denegatórios, sendo que o agravo contra despacho denegatório de RESP foi convertido em Recurso Especial pelo STJ, onde pende de julgamento desde 2011. Paralelamente, o SINDIENERGIA propôs medida cautelar incidental diretamente ao STJ, tendo sido deferida a medida liminar, para suspender a exigibilidade dos créditos tributários referentes à incidência do ICMS sobre a subvenção baixa renda no período anterior à vigência do Decreto 49.621/2005.

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado é de R\$283.267 (R\$111.267 em 2013) está representado por 283.651 mil ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2014, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$172.000, com emissão de 172.000 mil novas ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal.

23.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

23.3. Outros resultados abrangentes

	2014	2013
Ganhos e perdas atuariais benefícios pós-emprego	(1.038)	(1.086)
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais benefícios pós-emprego	353	369
Total	(69)	(754)

23.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustada na forma do artigo 22 da Lei nº 6.404/76.

24. Receita operacional

	2014			2013		
	Não auditado pelos auditores independentes			Não auditado pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	190.307	449.272	183.500	185.715	420.061	160.734
Industrial	9.040	152.665	55.293	8.198	156.552	53.103
Comercial	19.643	285.651	108.842	19.219	262.752	96.115
Rural	11.711	65.564	16.177	11.631	61.173	13.350
Poder Público						
Federal	65	2.725	1.032	61	2.384	1.394
Estadual	375	26.468	7.843	364	24.946	6.541
Municipal	1.602	22.070	9.181	1.553	20.612	8.397
Iluminação Pública	65	59.412	12.913	65	58.235	11.475
Serviço Público	334	62.571	18.062	331	61.887	16.271
Consumo Próprio	50	1.145	-	50	1.056	-
Subtotal	233.192	1.127.543	412.843	227.187	1.069.658	367.380
Suprimento	-	-	-	-	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	430	-	(1)	(1.545)
Fornecimento não faturado -diferimento de TUSD	-	-	-	-	-	(716)
Recomposição Tarifária extraordinária	-	-	12.276	-	-	17.918
Receita do uso da rede-consumidores livres	-	-	5.793	-	-	6.845
Redução de receita-Baixa Renda	-	-	4.163	-	-	3.451
Provisão redução da tarifa - Irrigação	-	-	-	-	-	(52)
Suprimento	-	-	13.590	-	-	3.807
Receita de construção (1)	-	-	16.097	-	-	12.510
Ativos e passivos regulatórios (2)	-	-	9.787	-	-	-
Outras receitas	-	-	13.973	-	-	7.520
Total - receita operacional bruta	233.192	1.127.543	488.952	227.187	1.069.657	417.118
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	79.397	-	-	68.866
PIS	-	-	7.636	-	-	6.689
COFINS	-	-	35.206	-	-	30.808
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	-	668
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	5.399	-	-	3.195
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.560	-	-	1.402
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.560	-	-	1.351
Rec de Ultrapas de Demanda de Energy Reativa	-	-	1.503	-	-	1.496
Total	-	-	132.261	-	-	114.475
Total - receita operacional líquida	233.192	1.127.543	356.691	227.187	1.069.657	302.643

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

(2) Refere-se a montante de ativos e passivos regulatórios reconhecidos no resultado do exercício de 2014 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/2014 e Comunicado Técnico Ibracon nº 05/2014.

25. Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda

	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2014	2013	2014	2013
Energia de Itaipú - Binacional	273.030	236.738	37.981	28.042
Energia de Leilão	523.096	522.403	116.030	102.219
Energia Bilateral	275.042	274.441	46.711	43.588
Cotas de Angra REN 530/12 (1)	46.440	46.692	6.884	5.807
Energia de curto prazo - CCEE	74.275	48.184	57.215	14.595
Cotas Garantia Física Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	81.074	79.378	2.568	2.297
Programa Incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	27.424	27.451	7.256	6.836
(-) Recuperação custo energia - Decreto 7.945/13 (3)	-	-	(46.648)	(6.668)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(25.828)	(16.394)
Total	1.300.381	1.235.287	202.169	180.322

(1) - Inclui Valor da REN 1585/2013.

(2) - Não auditado pelos auditores independentes.

(3) - Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Para os meses de janeiro a outubro a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	Valor
Janeiro	Despacho nº 515 de 07 de março de 2014	5.979
Fevereiro	Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	16.078
Março	Despacho nº 1.443 de 09 de maio de 2014	12.336
Abril	Despacho nº 1.696 de 02 de junho de 2014	6.816
Maio	Ofício nº 90/2014 de 08 de julho de 2014	780
Junho	Despacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	-
Julho	Despacho nº 3.588 de 02 de setembro de 2014	-
Agosto	Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	-
Setembro	Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	-
Outubro	Despacho nº 4.657 de 02 de dezembro de 2014	4.659
		<u>46.648</u>

Os valores referentes aos Despachos de janeiro a outubro já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS

26. Custo do serviço de energia elétrica e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administ.	2014	2013
Energia elétrica comprada para revenda	(202.169)	-	-	-	-	(202.169)	(180.322)
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	(22.805)	-	-	-	-	(22.805)	(19.196)
Pessoal e administradores	-	(17.412)	-	(2.103)	(11.131)	(30.646)	(31.518)
Material	-	(2.015)	-	(89)	(1.398)	(3.502)	(3.092)
Serviços de terceiros	-	(6.203)	-	(3.625)	(12.398)	(22.226)	(16.932)
Depreciação e amortização	-	(13.451)	-	-	(1.288)	(14.739)	(20.249)
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	(2.798)	-	(2.798)	(46)
Custo de construção	-	(16.097)	-	-	-	(16.097)	(12.510)
Outras	-	(7.229)	(322)	477	(1.260)	(8.334)	(2.069)
	(224.974)	(62.407)	(322)	(8.138)	(27.475)	(323.316)	(285.934)

27. Outros resultados

	2014	2013
Provisões / Reversões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	4.050	1.431
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(2.270)	(8.360)
Perda ativo financeiro - Ajuste VNR	-	(25.509)
Provisões crédito de liquidação duvidosa - Banco Daycoval	-	(11.988)
Outros	662	(1.821)
Total	2.442	(46.247)

28. Receitas e despesas financeiras

	2014	2013
Receita de aplicações financeiras	3.522	1.376
Juros ativos	636	600
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	4.227	3.756
Atualização contas a receber da concessão - VNR	1.086	16.209
Operações com SWAP	3.263	-
Total receita financeira	12.734	21.941
Encargos de dívidas - juros	(17.177)	(20.270)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(2.784)	(6.867)
Ajuste valor presente passivo	(1.455)	(948)
Outras despesas financeiras	(9.046)	(15.731)
Total despesa financeira	(30.462)	(43.816)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(17.728)	(21.875)

29. Lucro por ação

A Companhia em 20 de maio de 2014 aumentou o capital social em 172.000.000 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. Desta forma, o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com a média ponderada de número de ações ordinárias.

	Exercícios findos em:	
	2014	2013
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação:		
Numerador		
Lucro (prejuízo) do exercício		
Lucro (prejuízo) disponível aos acionistas	20.079	(42.610)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	217.679	111.651
Lucro (prejuízo) básico por ação:		
Lucro por ação	0,09	(0,38)

30. Cobertura de seguros

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas são:

RAMOS	DATA DE VENCIMENTO	IMPORTÂNCIA SEGURADA (R\$)	PRÊMIO ANUAL
Risco Operacional	23/10/2015	36.051	65
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2015	30.000	165
Frota - Danos Materiais, Corporais e Morais a Terceiros	30/11/2015	Até 360 / veículo	43
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2015	12.358	35
Transporte Nacional	30/11/2015	Até 2.000/ transporte	5

(*) Importância Segurada relativa ao mês de JAN/15 e prêmio anualizado.

Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Frota

A Empresa mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em eventuais sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais e morais.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente, invalidez funcional permanente e total por doença e cesta básica.

Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	54.914	54.914	20.371	20.371
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	697	697	707	707
Consumidores	58.998	58.998	62.601	62.601
Títulos a receber	1.388	1.388	1.139	1.139
Partes relacionadas	-	-	22	22
Contas a receber da concessão	131.542	131.542	129.041	129.041
Instrumentos financeiros derivativos	1.684	1.684	-	-
Ativos regulatórios	29.895	29.895	-	-

PASSIVO	2014		2013	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores	34.769	34.769	102.686	102.686
Empréstimos, financiamentos	78.128	78.128	30.301	30.301
Financiamento por arrendamento financeiro	24	24	87	87
Partes relacionadas	-	-	49.789	49.789
Parcelamento de tributos	31.556	31.556	103.916	103.916
Passivo regulatório	20.013	20.013	-	-

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a

avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP).

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. A controladora Energisa fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (revista a cada dois anos e disponível na web site da Energisa, tendo sido a última revisão em

23/12/2014) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro".

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

PASSIVO	2014	2013
Dívida (a)	78.128	30.301
Caixa e equivalentes de caixa	(54.914)	(20.371)
Dívida líquida	23.214	9.930
Patrimônio líquido (b)	63.989	(151.365)
Índice de endividamento líquido	-	-

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 18, nº 19 e nº 20.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

PASSIVO	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meseas	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		34.674	-	-	-	-	34.674
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas	14,03%	1.721	1.934	86.668	4.932	-	95.255
Total		36.395	1.934	86.668	4.932	-	129.929

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” da controladora Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	54.914	20.371
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	697	707
Consumidores e Concessionárias	58.898	62.601
Títulos a receber	1.388	1.139
Partes relacionadas	-	22
Ativo financeiro - bens da concessão	131.542	129.041
Operações de <i>swap</i>	1.684	-
Ativo Regulatório	29.767	-

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 11, 12, 13 e 15.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 18, é composta de financiamentos obtidos junto a agente de fomento nacional (Eletrobrás) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2014, com alta de 13,39% sobre 31 de dezembro de 2013, cotado a R\$2,6562/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2014 era de 14,33%, enquanto em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 apresenta R\$1.684 no ativo circulante a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois reflete os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração

da volatilidade do cupom cambial e da cotação do dólar poderá implicar no aumento do valor ora contabilizado.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131				
Itaú BBA	25.893		28/11/2017	-
P. Ativa		VC + 4,00%		
P. Passiva		CDI + 2,25%		

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu à substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

- (i) Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 78.128 (R\$30.369 em 2013). Empréstimo com o Banco Itaú BBA cujo saldo no final no exercício, incluindo juros monta em R\$68.985.

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2014	2013		2014	2013
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira-USD	71.086	-
			Posição Passiva		
Swap Itaú BBA	65.000	-	Taxa de Juros CDI	(69.402)	-
			Posição Total		
			Swap	1.684	-

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de dezembro de 2014 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013, que podem ser assim resumidos:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2014, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros -Swap			11.959	(2.823)	(17.605)
	-				
Posição Ativa					
Moeda Estrangeira - USD	71.086		59.127	73.909	88.691
Posição Passiva		Alta USD			
Taxa de Juros CDI	(69.402)		(69.402)	(69.402)	(69.402)
Subtotal	1.684		(10.275)	4.507	19.289
Líquido	-		1.684	1.684	1.684

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2014, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$1.684, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos *swaps*.

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2014 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 11%, TJLP = 5,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	52.111	Alta CDI	6.554	4.916	3.277
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimo e financiamentos	(8.602)	Alta CDI	(946)	(1.183)	(1.419)
Operações de SWAP CDI	(65.000)	Alta CDI	(7.150)	(8.938)	(10.725)
Total - (Perdas)	(21.491)		(1.542)	(5.206)	(8.867)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (12,5% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2014.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos

- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros Ativos	Nível	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	2	54.914	20.371
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	697	707
Ativo financeiro - bens da concessão	3	131.542	129.041

32. Benefícios a empregados

32.1. Contexto

O Plano Elétricas é patrocinado pelas seguintes empresas:

Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., dentre outras.

Conforme à Deliberação CVM 695/2012, vigente para o exercício 2014 (com comparativo de 2013), as empresas patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários mensuraram para este exercício, os valores dos compromissos previdenciários dos planos.

32.2. Sumário dos planos de benefícios

As patrocinadoras tem como “veículo financeiro” dos seus planos de benefícios previdenciários a REDEPREV - Fundação Rede de Previdência, pessoa jurídica de direito privado, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24/10/2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar. É resultado do processo de fusão das seguintes fundações: a) FUNREDE - Fundação Rede de Seguridade; b) FUNGRAPA - Fundação Grão Pará de Previdência e c) PREVIMAT - Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT.

Os planos de benefícios previdenciários são descritos a seguir:

a. Plano de Benefícios Elétricas BD-I:

Instituído em 01/08/1986, encontra-se em extinção desde 31/12/1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

b. Plano de Benefícios Elétricas-R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. Assegura os seguintes benefícios: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido. Os benefícios são custeados exclusivamente pelas empresas Patrocinadoras e de forma solidária com as demais Patrocinadoras.

Antes da fusão, os planos eram contabilizados em separado, e a partir de então as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete, por conta da legislação que regulamenta as entidades de previdência complementar. Todavia, especificamente para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais, das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

c. Plano de Benefícios Elétricas-OP:

Instituído em 01/01/1999 e assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente a cada ano, e nessa fase é considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes (90%) e pelas patrocinadoras (10%).

32.3. Situação Financeira dos Planos de Benefícios - Avaliação Atuarial - data base 31 de dezembro de 2014

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia em 31 de dezembro de 2014, os planos de benefícios definidos, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 - Benefício a empregados, são conforme segue:

a. Número de participantes/beneficiários:

Planos de Benefícios	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP
Número Participantes	5	373	375
Número Assistidos	17	1	5
Número Beneficiários Pensionistas	-	2	-

Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

Elétricas	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP	2013 (**)
I - Premissas Biométricas				
Tábua de Mortalidade Geral (1)	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%	AT 2000 Suav. 10%	AT-2000 M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA	N/A	LIGHT MÉDIA	Nula
Tábua de Mortalidade de Inválidos (1)	MI 85	N/A	MI 85	IBGE 2011 ambos os sexos
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Não Informada
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Não Informada
II - Variáveis Econômicas				
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial (3)	6,05% a.a.	6,05% a.a.	6,05% a.a.	6,35% a.a.
Expectativa de Inflação Futura (2)	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	11,88% a.a.	11,88% a.a.	11,88% a.a.	11,14% a.a.
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	1,00	1,00	1,00	1,00
Taxa de Crescimento Real de Salários (*)	7,61% a.a.	N/A	7,61% a.a.	6,59% a.a.
Taxa de Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.	0% a.a.
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Tábuas específicas por sexo.

(2) Boletim FOCUS: Meta de Inflação com variação positiva de um ponto percentual, observado o limite máximo da meta que é de 2 pp para cima ou para baixo

(3) Apurado nos Ativos de Renda Fixa, com base nos Títulos Públicos Federais das Notas do Tesouro Nacional - NTN série B com venc. 2035

(*) Incluído expectativa de inflação Futura

(**) Informações retiradas da Avaliação CVM de 2013

Conforme o item 83 da Deliberação CVM nº 695, a taxa de desconto utilizada na Avaliação está adequada com aquela praticada pelo mercado financeiro e com a política econômica do país e considerando o cenário econômico-financeiro internacional, motivo pelo qual acreditamos que a hipótese por nós adotada é adequada para o momento.

Conforme o item 79 da Deliberação CVM nº 695, utilizou-se a expectativa de inflação de longo prazo, tendo em vista, relatório de mercado - Focus informados pelo Banco Central.

Síntese da Avaliação Atuarial:

Elétricas	2014			2013		
	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP	Elétricas BD-I	R	Elétricas - OP
EVOLUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS						
1. Valor presente da obrigação no início do exercício	5.932	2.471	2.576	6.190	2.804	2.769
Custo do serviço corrente	30	-	-	32	-	-
Custo dos juros	661	275	287	570	258	255
(Ganhos)/Perdas atuariais	773	(1.090)	350	(492)	(487)	(310)
Benefícios pagos	(385)	(108)	(145)	(368)	(104)	(138)
6. Valor presente da obrigação no fim do exercício	7.011	1.548	3.068	5.932	2.471	2.576
EVOLUÇÃO NO VALOR JUSTO DOS ATIVOS DO PLANO						
1. Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	7.320	1.329	2.751	7.982	575	3.800
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(691)	(38)	(5)	734	53	349
Retorno esperado dos ativos do plano	815	148	306	6	-	-
Benefícios pagos	(385)	(108)	(145)	(368)	(104)	(138)
5. Ganhos/(Perdas) atuariais reconhecidos nos ativos do plano	-	-	-	(1.034)	805	(1.260)
6. Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	7.059	1.331	2.907	7.320	1.329	2.751
BALANÇO PATRIMONIAL						
1. Valor justo do ativo	7.059	1.331	2.907	7.320	1.329	2.751
2. Obrigações atuariais	(7.011)	(1.548)	(3.068)	(5.932)	(2.471)	(2.576)
3. Posição Líquida	48	(217)	(161)	1.388	(1.142)	175
4. Limite do ativo (Resolução CGPC nº 26/2008)	(48)	-	-	(1.388)	-	(175)
5. (Déficit) / Superávit passível de reconhecimento	-	(217)	(161)	-	(1.142)	-

b. Prêmio de Aposentadoria e Pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida e de benefício definido, que é vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscritos, estão na condição de assistidos. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Em 31 de dezembro de 2014 a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$51 (R\$49 em 2013)

Reconciliação	2014
Posição Líquida em 2013	(1.142)
Efeito em ORA	1.038
Efeito no Resultado do Exercício	(274)
Posição Líquida em 2014	(378)

Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação

pós-emprego com esses empregados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as despesas com o plano de saúde foram de R\$1.893 (R\$1.618 em 2013).

33. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil						
Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2046	161.759	144.358	149.659	150.841	158.078	2.126.908

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2014, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

34. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 03 de fevereiro de 1999, foi outorgado à CAIUÁ a distribuição de energia elétrica em 24 municípios da região de Oeste do Estado de São Paulo, pelo prazo de 20 anos, contados a partir de 07 de julho de 1995, com vencimento em 07 de julho de 2015. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, conforme Lei 12.783/2013.

O pedido de prorrogação da concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, de que são titulares, pelo prazo de 30 (trinta) anos, foi feito nos termos do Art. 7º, da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783, de 11 de janeiro 2013, que determina: " A partir de 12 de setembro de 2012, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei nº 9.074, de 1995, poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 (trinta) anos, de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação".

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contem cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

35. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Postes e cruzetas: A empresa vem substituindo postes de madeira para postes de concreto as cruzetas de madeira e concreto por cruzetas ecológicas, feitas de polietileno e bagaço de cana-de-açúcar, ecologicamente corretas e mais duráveis. Em 2014, foram utilizadas 3.882 cruzetas ecológicas, o que representou um investimento na ordem de R\$270.
2. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, conhecidos como rede compacta, de forma a evitar podas indesejáveis. Em 2014, foram construídos 52,2 km de rede com cabo multiplexado, totalizando um investimento de R\$518 e 23,5 km de rede compacta, com um investimento na ordem de R\$426.
3. Nas construções das linhas de transmissão e subestações, são realizados os processos junto ao órgão ambiental competente para licenciamento ambiental das mesmas conforme previsto na legislação

pertinente, realizando o acompanhamento da obra durante as fases de concepção, projeto, execução e monitoramento após sua conclusão.

4. Além de ter conhecimento da natureza dos resíduos gerados durante a execução de suas atividades, a Companhia realiza ações relacionadas ao Gerenciamento de Resíduos, as quais atendem à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instaurada pela Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Dentre estas ações, destacam-se o gerenciamento dos papéis, pilhas e baterias, resíduos eletrônicos e lâmpadas.
5. Descarte de papéis: Durante o ano foram recolhidos e destinados à reciclagem 2.062 kg de papéis de escritório inservíveis.
6. Coleta de pilhas e baterias: foram dispostos alguns recipientes de coleta espalhados pelas dependências da empresa para coleta de pilhas e baterias utilizadas nas atividades da empresa, como também trazidos pelos colaboradores e clientes. Seu respectivo descarte será realizado em 2015 por empresa licenciada.
7. Descarte de resíduos eletrônicos: foram encaminhados para a reciclagem 328,3 kg de resíduos eletrônicos.

A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente, bem como realização sistemática e permanente de análises em amostras de óleo isolante, verificando o teor de Bifenilas Policloradas (PCB) e /ou impurezas, a fim de eliminar tais elementos dos equipamentos da empresa, ratificando assim, o cumprimento dos requisitos legais.

8. A Companhia encaminhou para destinação final ambientalmente adequada 10.350 kg de equipamentos que estavam armazenados e contaminados com PCB, o que representou uma despesa de R\$273.
9. Estímulo à educação ambiental, no intuito de aumentar a conscientização dos colaboradores para utilizar os recursos naturais de forma racional e sustentável, além da otimização de sua qualidade de vida, refletindo em suas famílias e em toda a sociedade. Como ações, foram realizadas campanhas internas, dando destaque para o Dia da Água e para a realização da VI Semana da Sustentabilidade.
10. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental. O mesmo é exigido para os participantes dos processos de venda de sucatas.
11. Monitoramento climático: A Companhia mantém convênio com empresa especializada em monitoramento climático, a qual detecta e informa as descargas atmosféricas, intensidade e velocidade das chuvas, como também realizam mapeamento instantâneo das ocorrências meteorológicas em toda a área de concessão da Companhia. O intuito do programa é se precaver às mudanças climáticas de grande impacto, a fim de que sejam tomadas medidas de prevenção necessárias para que o fornecimento de energia seja mantido.
12. Combustível renovável: A Companhia prioriza em veículos leves o uso de ETANOL. Um dos objetivos da ação, iniciada em 2013, é reduzir a emissão de CO₂ na atmosfera. Além disso está adquirindo novos veículos, cujos modelos emitem menos CO₂ quando comparados aos modelos anteriormente utilizados pela empresa, conforme classificação do INMETRO.
13. Manutenção preventiva e corretiva dos veículos, que tem importante papel na redução dos níveis de poluição atmosférica.
14. Atuação junto ao poder público municipal para autorizar a atividade de poda de árvores nos municípios e determinadas adequações da arborização em pontos críticos de fornecimento de energia.
15. No exercício de 2014, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$1.487(R\$927 em 2013), sendo R\$1.214 (R\$927 em 2013) alocados no ativo intangível de R\$273.

Informações não financeiras não auditadas pelos auditores independentes.

36. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro 2014, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como segue:

	2014	2013
Atividades operacionais		
Contas a receber da concessão	131.542	129.041
Atualização contas a receber da concessão - VNR	1.086	(15.238)
Fornecedores	21.596	16.269
Atividades de investimentos		
Intangível	21.596	16.269

37. Evento Subsequente

37.1. Bandeiras tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia terão a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

As bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,055 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A distribuidora de energia divulgará, na conta de energia, a aplicação das bandeiras para que o consumidor possa compreender então, qual bandeira estaria valendo no mês atual. O período de aplicação da bandeira tarifária será o primeiro dia do mês posterior à data de divulgação.

37.2. Revisão tarifária extraordinária

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27/02/2015, deliberou por conceder, a partir de 02/03/2015, revisão tarifária extraordinária (RTE) diferenciada para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 32,4%.

A revisão tarifária extraordinária (RTE) aplicada tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Caiuá - Distribuição de Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Caiuá - Distribuição de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caiuá - Distribuição de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a concessão para exploração das atividades da Companhia expira em 7 de julho de 2015. A Companhia protocolou pedido de prorrogação do prazo da concessão em 11 de outubro de 2012 junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). Até o presente momento, o pedido de prorrogação está sob análise, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação. Esta situação indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade de continuidade normal das operações da Companhia, pois a prorrogação do contrato de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, a qual contempla a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Conforme mencionado na nota explicativa nº 25 às demonstrações financeiras, a Companhia contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes aos meses de janeiro a outubro de 2014. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Intervenção administrativa ANEEL

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e 1.2 às demonstrações financeiras, em 8 de abril de 2014 foi publicada a Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 4.622, que determinou o fim da intervenção administrativa da ANEEL na Companhia. A conclusão do processo estava condicionada transferência do controle da controladora final e à realização de Assembleia Geral para a eleição dos novos administradores da Companhia. Com o fim da intervenção, passou a vigorar regime excepcional de sanções aprovado pela ANEEL, que inclui, entre outros, a obrigatoriedade de aporte de recursos pelo novo controlador final através da controladora da Rede Energia S.A., e outras obrigações mencionadas nas referidas notas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transferência de controle do acionário - controlador final

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4 às demonstrações financeiras, em 11 de julho de 2013 foi celebrado compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Junior e a Energisa S.A., para a transferência da totalidade de suas ações da JQM Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. à Energisa S.A., mediante o cumprimento de algumas condições precedentes. Em 11 de abril de 2014, após terem sido cumpridas ou dispensadas as condições precedentes, foi formalizada a transferência do controle dessas empresas para a Energisa S.A.. A transferência das referidas ações conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S.A., controladora da Companhia, e, por consequência, das demais sociedades controladas pela Rede Energia S.A.. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas originalmente antes dos ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3.3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado em 11 de fevereiro de 2014, com ressalvas, referentes: (i) continuidade operacional da Companhia e ativos circulantes em excesso aos passivos circulantes; e (ii) realização dos saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos devido a incertezas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia e parágrafos de ênfases referentes aos seguintes assuntos: (i) valores de outros créditos - ativo não circulante; e (ii) recuperação judicial da Rede Energia S.A..

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3.3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2013 e o balanço patrimonial de 1 de janeiro de 2013. Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e sobre o balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as referidas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4